

3ª Rodada PRF (Policial Rodoviário Federal)

*PRF (Policial Rodoviário Federal)
Rodadas Avançadas de Simulados -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:

Marcus Vinicius Oliveira de Toloza



PRF

PRF
(Policia Rodoviário Federal)
2023 - Pré-Edital

Gabarito Preliminar

Rodada Avançada PRF (Policial Rodoviário Federal)

01	ERRADO	25	CERTO	49	ERRADO	73	CERTO	97	ERRADO
02	ERRADO	26	CERTO	50	CERTO	74	CERTO	98	CERTO
03	ERRADO	27	ERRADO	51	CERTO	75	CERTO	99	CERTO
04	CERTO	28	CERTO	52	ERRADO	76	ERRADO	100	ERRADO
05	CERTO	29	CERTO	53	CERTO	77	CERTO	101	CERTO
06	ERRADO	30	CERTO	54	CERTO	78	CERTO	102	CERTO
07	ERRADO	31	CERTO	55	ERRADO	79	ERRADO	103	ERRADO
08	CERTO	32	ERRADO	56	CERTO	80	ERRADO	104	ERRADO
09	CERTO	33	ERRADO	57	CERTO	81	CERTO	105	CERTO
10	ERRADO	34	ERRADO	58	CERTO	82	ERRADO	106	CERTO
11	CERTO	35	CERTO	59	ERRADO	83	CERTO	107	ERRADO
12	CERTO	36	CERTO	60	CERTO	84	CERTO	108	CERTO
13	ERRADO	37	ERRADO	61	CERTO	85	CERTO	109	ERRADO
14	ERRADO	38	ERRADO	62	ERRADO	86	ERRADO	110	ERRADO
15	CERTO	39	ERRADO	63	CERTO	87	ERRADO	111	CERTO
16	CERTO	40	CERTO	64	CERTO	88	ERRADO	112	CERTO
17	CERTO	41	CERTO	65	ERRADO	89	ERRADO	113	CERTO
18	ERRADO	42	ERRADO	66	CERTO	90	CERTO	114	ERRADO
19	CERTO	43	CERTO	67	CERTO	91	ERRADO	115	CERTO
20	ERRADO	44	ERRADO	68	ERRADO	92	CERTO	116	CERTO
21	CERTO	45	ERRADO	69	ERRADO	93	CERTO	117	CERTO
22	ERRADO	46	CERTO	70	CERTO	94	ERRADO	118	ERRADO
23	ERRADO	47	ERRADO	71	CERTO	95	ERRADO	119	CERTO
24	CERTO	48	CERTO	72	ERRADO	96	CERTO	120	ERRADO

RANKING EXCLUSIVO

<https://bit.ly/Ranking-Exclusivo-PRF-09-04>

GABARITO DEFINITIVO E RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Ao final do dia 13/04 (quinta-feira), o gabarito definitivo, o ranking geral e os relatórios detalhados de desempenho serão liberados na sua área do aluno.

RECURSOS E SUGESTÕES

*O prazo para enviar recursos e sugestões se encerra **terça-feira (11/04)** às 12h.*

<https://bit.ly/Recursos-Área-Policial>

INGLÊS

Texto para as questões 1 a 8:

Losing weight leads to better health?

1. The issue is not merely academic. Dissatisfaction with one's weight is so widespread experts consider it a global mental health concern. A review published in February found 30 percent of young girls worldwide admit to having unhealthy beliefs and eating habits, including purging after a meal.

2. "There is no strong evidence to suggest that being higher weight automatically leads to poorer health or that losing it leads to health improvements," says Jeffrey Hunger, an assistant professor of psychology at Miami University of Ohio. Katherine Flegal, a longtime nutrition scientist at the CDC who is now retired, says that health benefits are largely lacking in the consensus statement on weight loss by the U.S. But the message that weight loss is not the best path to health is one many don't want to hear, Flegal says, noting the belief that high weight is "dangerous and terrible" is baked into contemporary Western culture. Flegal herself was pilloried nearly two decades ago after a paper she coauthored at the CDC associated obesity—including extreme obesity—with fewer than 5 percent of excess deaths, far lower than prior estimates. Her research also associated being overweight (but not obese) with slightly fewer deaths than in normal-weight individuals. Flegal and her colleagues were attacked for their findings, with one article in the New York Times citing critics who described the research as "deeply flawed," even though the CDC stood by the figures.

3. It's true that the average weight for Americans has risen over the years. In 2000, 31 percent of American adults had obesity, according to the NIH. Today in the U.S., some 42 percent are labeled as having obesity, which the medical system categorizes as a disease, with fewer than 20 percent of adults currently falling into the normal-weight category. The reasons for the rise are not well understood and likely include genetic, socioeconomic, and environmental factors as well as behaviors.

4. People with very large bodies may experience some health benefits by losing weight. Patty Nece, a person with severe obesity who chairs the drug-industry-supported, patient-advocacy group

Obesity Action Coalition, says the osteoarthritis in her knees worsens when her weight goes up. Research has shown sleep apnea may also improve with weight loss. And complications after hip-replacement surgery are higher for those with a BMI over 40.

5. Instead of focusing on weight-loss as a path to improved health, everyone would do better to ignore the scale and put their attentions on behaviors instead, says A. Janet Tomiyama, professor of psychology at the University of California, Los Angeles, and a coauthor of the Social and Personality Psychology Compass study. "Moving the body more, getting a good night's sleep, adding one more fruit or vegetable to your meal, and getting a handle on your stress—these are things that make anyone healthier, no matter their weight," Tomiyama says, even if they don't result in the loss of a single pound. They're called healthy behaviors for a reason: "They make you healthier," Mann asserts. "Exercise doesn't make you healthier because it makes you thinner. The health benefits show up even if you don't lose any weight."

In:
<https://www.nationalgeographic.com/premium/article/diet-weight-loss-myt-h-better-health>. <Adapted>

Concerning the previous text and its linguistic aspects, judge the following items.

01. Weight gain significantly increases the likelihood of developing serious illnesses in adult life.

Gabarito: Errado

Comentário: Tradução da questão: O ganho de peso aumenta significativamente a probabilidade de desenvolver doenças graves na vida adulta.

Nada disso! O texto não menciona relação entre ganho de peso e aumento na probabilidade de desenvolver doenças graves, pelo contrário. Ao longo do texto, o autor usa pesquisadores e fontes científicas para afirmar que ser saudável não significa ser magro, da mesma forma, uma pessoa não é menos saudável ou mais propensa a desenvolver determinadas doenças por conta do peso. Lembre-se: os itens da prova devem ser julgados de acordo com o que diz o texto, aqui não interessa a sua opinião pessoal sobre o assunto.

Voltando ao nosso tópico, veja um trecho do 2º parágrafo:

"There is no strong evidence to suggest that being higher weight automatically leads to poorer health or that losing it leads to health improvements," says Jeffrey Hunger, an assistant professor of psychology at Miami University of Ohio.

→ *"Não há evidências fortes que sugiram que o excesso de peso leve automaticamente a problemas de saúde ou que perdê-lo leve a melhorias na saúde", diz Jeffrey Hunger, professor assistente de psicologia na Miami University of Ohio.*

Portanto, questão ERRADA.

02. The main evidence that someone has healthy habits is weight loss.

Gabarito: Errado

Comentário: Tradução da questão: A principal evidência de que alguém tem hábitos saudáveis é a perda de peso.

O texto aborda que ser saudável é diferente de perder peso e que não há relação direta entre a balança e o quão saudável é uma pessoa.

"Moving the body more, getting a good night's sleep, adding one more fruit or vegetable to your meal, and getting a handle on your stress—these are things that make anyone healthier, no matter their weight," Tomiyama says, even if they don't result in the loss of a single pound.

→ *"Movimentar mais o corpo, ter uma boa noite de sono, acrescentar mais uma fruta ou legume à refeição e controlar o estresse são coisas que tornam qualquer pessoa mais saudável, independentemente do peso", diz Tomiyama, mesmo que não resulte na perda de um único quilo.*

Portanto, questão ERRADA.

03. Without changing the meaning, the word "flawed" could be correctly replaced by "groundbreaking".

Gabarito: Errado

Comentário: Tradução da questão: Sem alterar o significado, a palavra "flawed" poderia ser substituída corretamente por "groundbreaking".

Trata-se de uma questão de vocabulário. "Flawed" significa falho/defeituoso. Por sua vez, a palavra "groundbreaking" pode ser traduzida como inovador/revolucionário. Dessa forma, uma palavra não pode ser substituída pela outra sem que haja alteração de sentido. Veja o contexto:

"Flegal and her colleagues were attacked for their findings, with one article in the New York Times citing critics who described the research as 'deeply flawed'"

→ *Flegal e seus colegas foram atacados por suas descobertas, com um artigo no New York Times citando críticos que descreveram a pesquisa como "profundamente falha".*

Portanto, questão ERRADA.

04. It is possible to infer that exaggerated concern about weight can lead people to develop eating disorders.

Gabarito: Certo

Comentário: Tradução da questão: É possível inferir que a preocupação exagerada com o peso pode levar as pessoas a desenvolverem transtornos alimentares.

Isso mesmo! No 1º parágrafo o autor fala sobre o assunto e exemplifica com a bulimia, um transtorno alimentar que afeta muitas pessoas no mundo, principalmente mulheres, em que são utilizados métodos purgatórios após as refeições para evitar o aumento de peso.

"Dissatisfaction with one's weight is so widespread experts consider it a global mental health concern. A review published in February found 30 percent of young girls worldwide admit to having unhealthy

beliefs and eating habits, including purging after a meal."

→ *A insatisfação com o próprio peso é tão comum que os especialistas a consideram uma preocupação global de saúde mental. Uma análise publicada em fevereiro constatou que 30% das meninas em todo o mundo admitem ter crenças e hábitos alimentares não saudáveis, incluindo purga após uma refeição.*

Portanto, questão CERTA.

05. Nowadays, the adult population of the United States is more obese than it was about twenty years ago.

Gabarito: Certo

Comentário: Tradução da questão: Hoje em dia, a população adulta dos Estados Unidos é mais obesa do que há cerca de vinte anos.

É o que afirma o 3º parágrafo:

"It's true that the average weight for Americans has risen over the years. In 2000, 31 percent of American adults had obesity, according to the NIH. Today in the U.S., some 42 percent are labeled as having obesity, which the medical system categorizes as a disease, with fewer than 20 percent of adults currently falling into the normal-weight category."

→ *É verdade que o peso médio dos americanos aumentou ao longo dos anos. Em 2000, 31 por cento dos adultos americanos tinham obesidade, de acordo com o NIH. Hoje, nos EUA, cerca de 42% são rotulados como tendo obesidade, que o sistema médico classifica como uma doença, com menos de 20% dos adultos atualmente enquadrados na categoria de peso normal.*

Portanto, questão CERTA.

06. According to Katherine Flegal, obesity is a dangerous and terrible disease that should be treated more seriously.

Gabarito: Errado

Comentário: Tradução da questão: Segundo Katherine Flegal, a obesidade é uma doença perigosa e terrível que deve ser tratada com mais seriedade.

Na verdade, Katherine Flegal é uma das estudiosas da área usada pelo autor para corroborar com o entendimento de que peso elevado não é sinônimo de doenças ou hábitos não saudáveis. Seus estudos apontam que a obesidade foi associada a menos de 5% das mortes em excesso, muito abaixo das estimativas anteriores.

Katherine Flegal (...) says that health benefits are largely lacking in the consensus statement on weight loss by the U.S. But the message that weight loss is not the best path to health is one many don't want to hear, Flegal says, noting the belief that high weight is "dangerous and terrible" is baked into contemporary Western culture.

→ *Katherine Flegal (...) diz que os benefícios para a saúde estão em grande parte ausentes na declaração de consenso sobre perda de peso pelos EUA. Mas a mensagem de que a perda de peso não é o melhor caminho para a saúde é algo que muitos não querem ouvir, diz Flegal, observar que a crença de que o peso elevado é "perigoso e terrível" está impregnada na cultura ocidental contemporânea.*

Portanto, questão ERRADA.

07. It is possible to infer that there is no benefit in losing weight.

Gabarito: Errado

Comentário: Tradução da questão: É possível inferir que não há nenhum benefício na perda de peso.

Embora o texto esteja focado em desmistificar a crença de que pessoas gordas são doentes ou não possuem hábitos saudáveis, o autor cita, no 4º parágrafo, dois benefícios da perda de peso:

"People with very large bodies may experience some health benefits by losing weight. Patty Nece, a person with severe obesity who chairs the drug-industry-supported, patient-advocacy group

Obesity Action Coalition, says the osteoarthritis in her knees worsens when her weight goes up. Research has shown sleep apnea may also improve with weight loss."

→ *Pessoas com corpos muito grandes podem experimentar alguns benefícios para a saúde ao perder peso. Patty Nece, uma pessoa com obesidade grave que preside o grupo de defesa do paciente, Obesity Action Coalition, apoiado pela indústria farmacêutica, diz que a osteoartrite em seus joelhos piora quando seu peso aumenta. A pesquisa mostrou que a apneia do sono também pode melhorar com a perda de peso.*

Portanto, questão ERRADA.

08. In "put their attentions on behaviors instead", the word "their" refers to "everyone".

Gabarito: Certo

Comentário: Tradução da questão: Em "put their attentions on behaviors instead", a palavra "their" refere-se a "everyone".

Vamos analisar a frase a seguir:

"Instead of focusing on weight-loss as a path to improved health, everyone would do better to ignore the scale and put their attentions on behaviors instead"

→ *Em vez de focar na perda de peso como um caminho para melhorar a saúde, todos fariam melhor em ignorar a balança e colocar suas atenções nos comportamentos.*

"Their" indica posse. Quem deve colocar suas atenções nos comportamentos? A resposta é TODOS (everyone).

Portanto, questão CERTA.

LÍNGUA PORTUGUESA / REDAÇÃO OFICIAL

Texto para as questões 9 a 22.

Estudo revela níveis preocupantes de degradação dos rios em todo o mundo

1. Um estudo internacional publicado na revista Global Change Biology mostra preocupantes níveis de degradação dos rios em todo o mundo. Liderado por Maria João Feio, do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE) e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), este estudo reuniu três dezenas de investigadores de todo o mundo e visou analisar o estado biológico dos rios, da forma mais ampla possível e com base em dois bioindicadores usados na monitorização dos rios – os macroinvertebrados bentônicos e os peixes.

2. Assim, foram analisados conjuntamente resultados de programas de monitorização de 45 países (64 regiões de estudo) de todos os continentes e, em particular, um grande número de áreas de países pertencentes ao designado Sul Global (Global South), «que têm as maiores reservas de biodiversidade de águas doces do mundo, mas que têm sido menos estudadas ou cujos dados não são conhecidos», indica Maria João Feio, clarificando que entre esses países estão a «China, Nepal, Nigéria, Brasil, África do Sul, Vietname ou Camboja».

3. Esta investigação contém também dados de áreas consideradas hotspots de biodiversidade, como é o caso da Amazônia, e de países como o Japão ou a Coreia do Sul, que até agora não estavam acessíveis à comunidade internacional. Os cientistas analisaram igualmente a influência do desenvolvimento humano e alterações antropogénicas sobre a qualidade biológica dos rios, «o que é essencial para perceber que medidas devem ser implementadas a nível global», defende a investigadora do MARE/FCTUC.

4. Os resultados deste estudo mostram «preocupantes níveis de degradação nos ecossistemas ribeirinhos, com menos de metade dos troços estudados em boa qualidade biológica (42 a 50%, dependendo do elemento biológico - peixe ou invertebrados) e cerca de 30% severamente degradados. As piores condições foram encontradas em climas áridos e equatoriais», destaca Maria João Feio.

5. A cientista sublinha ainda que, dos fatores estudados, os que mais influenciam negativamente os rios são a «má qualidade físico-química da água (uma realidade especialmente em África, na Ásia e na América do Sul), o facto de existirem menos áreas protegidas para rios e um maior nível de desenvolvimento humano, que se pode traduzir numa maior **história** de alterações no uso do solo por agricultura, indústria e urbanização».

6. Em oposição, o aumento da área de floresta e a melhor qualidade da água são fatores que estão associados a «melhor qualidade biológica dos rios». No que respeita a países em desenvolvimento, estes apresentam «as maiores percentagens de locais moderadamente impactados, o que pode indicar uma tendência recente para a degradação dos mesmos», prossegue.

7. O estudo revela que as comunidades de peixes se encontram em piores condições do que **as** dos invertebrados. Por exemplo, «na grande bacia australiana de Murray-Darling, 56% dos locais **estão** severamente alterados, o que pode ser devido ao efeito das quatro mil barreiras à deslocação dos mesmos ao longo do rio, como as barragens ou açudes. Estas encontram-se amplamente espalhadas pelos rios do Mundo, dado que cerca de 63% dos grandes rios já não correm livremente», explica a investigadora, notando que «isto é particularmente relevante quando se sabe que está a ser planeado um grande número de novos aproveitamentos hidráulicos para a América do Sul e Ásia».

8. Num comentário global às conclusões do estudo, Maria João Feio entende que refletem a «perda de biodiversidade das águas doces, bem como a alteração nos padrões de distribuição das espécies, nomeadamente com o crescente aumento de espécies invasoras. **Tudo isso** altera o funcionamento dos ecossistemas ribeirinhos, levando à perda de serviços fornecidos por estes ecossistemas às populações (desde o fornecimento de água à regulação climática ou à prevenção de doenças)».

9. Por isso, conclui, é essencial continuar a monitorizar os rios em todo o mundo, «desde aqueles onde nunca se fez nada **a** outros que viram os seus programas serem suspensos. Além disso, **é essencial** planear medidas de recuperação e o nosso estudo mostra que estabelecer áreas protegidas para rios ou melhorar as florestas são soluções eficientes».

Fonte:

<http://www.agronegocios.eu/noticias/estudo-revela-niveis-preocupantes-de-degradacao-dos-rios-em-todo-o-mundo/> Acesso em 19/02/2023 (Texto com adaptações)

No que se refere aos aspectos gramaticais e aos sentidos do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

09. De acordo com o texto, a principal conclusão do estudo está relacionada à importância do monitoramento dos rios do mundo e ao estabelecimento de áreas protegidas para rios.

Gabarito: Certo

Comentário: Essa é a ideia apresentada no último parágrafo do texto. Veja:

*“Por isso, conclui, é essencial continuar a **monitorizar os rios em todo o mundo**, «desde aqueles onde nunca se fez nada a outros que viram os seus programas serem suspensos. Além disso, é essencial planear medidas de recuperação e o nosso estudo mostra que **estabelecer áreas protegidas para rios ou melhorar as florestas são soluções eficientes**».”*

10. As ideias expostas no texto indicam que as comunidades de peixes estão em melhores condições que as dos invertebrados.

Gabarito: Errado

Comentário: Na verdade, o sétimo parágrafo indica que as comunidades de peixes se encontram em piores condições do que as dos invertebrados. Veja:

*“**O estudo revela que as comunidades de peixes se encontram em piores condições do que as dos invertebrados**. Por exemplo, «na grande bacia australiana de Murray-Darling, 56% dos locais **estão** severamente alterados, o que pode ser devido ao efeito das quatro mil barreiras à deslocação dos mesmos ao longo do rio, como as barragens ou açudes.”*

11. O texto analisado é predominantemente expositivo.

Gabarito: Certo

Comentário: Um **texto expositivo** é aquele que tem como objetivo apresentar informações, conceitos ou ideias de forma clara e objetiva, ou seja, é um tipo de texto que busca transmitir conhecimento de maneira direta e sem opiniões ou argumentos pessoais do autor.

Além disso, o texto expositivo pode ser encontrado em diversos contextos, como livros didáticos, artigos de enciclopédias, manuais de instrução, relatórios/textos científicos (como o texto apresentado).

Ademais, o autor do texto expositivo deve se preocupar em utilizar uma **linguagem acessível e organizada** para que o leitor possa compreender facilmente as informações apresentadas, principalmente quando se trata de um assunto que utiliza linguagem específica de uma área.

12. Dadas as relações de coesão do texto, conclui-se que, no segmento “do que as dos invertebrados.” (sétimo parágrafo), o vocábulo “as” está empregado em referência a “comunidades”.

Gabarito: Certo

Comentário: É isso mesmo, veja: “O estudo revela que as **comunidades** de peixes se encontram em piores condições do que as comunidades dos invertebrados.”

13. No terceiro parágrafo do texto, o termo “até” classifica-se como um advérbio.

Gabarito: Errado

Comentário: Quando utilizado para *indicar a distância limite no espaço a que se chega ou se quer ou se pode chegar* ou *designar um tempo limite em que alguma coisa termina ou deve terminar*, o termo “até” funciona como uma **preposição**. Por outro lado, quando utilizado para *indicar inclusão* ou *o indicar o máximo que se pode*

fazer, o termo “até” funciona como um **advérbio**. No texto apresentado, o termo “até” se encaixa na primeira classificação, preposição. Veja:

“Esta investigação contém também dados de áreas consideradas hotspots de biodiversidade, como é o caso da Amazônia, e de países como o Japão ou a Coreia do Sul, que até agora não estavam acessíveis à comunidade internacional.”

14. A relação de comparação estabelecida pelo vocábulo “como” (terceiro parágrafo) poderia ser igualmente estabelecida pela expressão “tal qual”, sem prejuízo semântico e gramatical.

Gabarito: Errado

Comentário: A princípio, o termo “como” realmente apresenta o mesmo sentido da expressão “tal qual”. Porém, a substituição não seria adequada nesse caso. Veja:

- “Esta investigação contém também dados de áreas consideradas hotspots de biodiversidade, como é o caso da Amazônia, e de países **como** o Japão ou a Coreia do Sul, que até agora não estavam acessíveis à comunidade internacional.”
- “Esta investigação contém também dados de áreas consideradas hotspots de biodiversidade, como é o caso da Amazônia, e de países **tais como** o Japão ou a Coreia do Sul, que até agora não estavam acessíveis à comunidade internacional.”

15. Destacada no oitavo parágrafo do texto, a expressão “Tudo isso” funciona como um aposto resumidor.

Gabarito: Certo

Comentário: O **aposto recapitulativo**, também chamado de aposto resumidor, serve para resumir em uma única palavra/expressão vários termos mencionados anteriormente. Observe o texto que antecede a expressão “Tudo isso”:

*Num comentário global às conclusões do estudo, Maria João Feio entende que **refletem a «perda de***

biodiversidade das águas doces, bem como a alteração nos padrões de distribuição das espécies, nomeadamente com o crescente aumento de espécies invasoras. Tudo isso altera o funcionamento dos ecossistemas ribeirinhos, levando à perda de serviços fornecidos por estes ecossistemas às populações (desde o fornecimento de água à regulação climática ou à prevenção de doenças)».

Agora veja como a expressão “Tudo isso” resume tudo aquilo que foi dito anteriormente:

Num comentário global às conclusões do estudo, Maria João Feio entende que refletem a «perda de biodiversidade das águas doces, bem como a alteração nos padrões de distribuição das espécies, nomeadamente com o crescente aumento de espécies invasoras.

16. Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso o trecho “que se pode traduzir” (quinto parágrafo) fosse reescrito como **que pode-se traduzir**.

Gabarito: Certo

Comentário: Isso mesmo. Nesse caso, a **próclise** é **obrigatória** por causa da presença do **pronome relativo** “que”, que é um **fator de atração**. Veja:

“A cientista sublinha ainda que, dos fatores estudados, os que mais influenciam negativamente os rios são a «má qualidade físico-química da água (uma realidade especialmente em África, na Ásia e na América do Sul), o facto de existirem menos áreas protegidas para rios e um maior nível de desenvolvimento humano, **que se pode traduzir** numa maior história de alterações no uso do solo por agricultura, indústria e urbanização».”

Esse é um tipo clássico de questão do Cebraspe, que já cobrou esse tema várias vezes só em 2023.

17. O segmento “continuar a monitorizar os rios em todo o mundo” (nono parágrafo) exerce a função de oração subordinada substantiva subjetiva.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos o trecho apresentado:

“Por isso, conclui, **é essencial continuar a monitorizar os rios em todo o mundo**, «desde aqueles onde nunca se fez nada a outros que viram os seus programas serem suspensos.”

A **oração subordinada substantiva subjetiva** é aquela que exerce a função de sujeito da oração principal. No caso apresentado, a oração principal é “é essencial”, composta por verbo de ligação + predicativo do sujeito, e o trecho “continuar a monitorizar os rios em todo o mundo” é a oração subordinada substantiva subjetiva. Para confirmar, basta substituir a oração subordinada por “isso”: **isso é essencial**.

18. No sétimo parágrafo, o verbo “estão” poderia estar conjugado no singular, uma vez que porcentagens permitem que o verbo fique tanto no plural quanto no singular.

Gabarito: Errado

Comentário: Realmente, dependendo do contexto, porcentagens permitem que o verbo fique tanto no plural quanto no singular. Porém, no caso apresentado, não há possibilidade de concordância no singular. Veja:

“Por exemplo, «na grande bacia australiana de Murray-Darling, **56% dos locais estão** severamente alterados, o que pode ser devido ao efeito das quatro mil barreiras à deslocação dos mesmos ao longo do rio, como as barragens ou açudes.”

19. O trecho a seguir apresenta um sujeito indeterminado: “*Estas encontram-se amplamente espalhadas pelos rios do Mundo, dado que cerca de 63% dos grandes rios já não correm livremente*», explica a investigadora, notando que «isto é particularmente relevante quando se sabe que está a ser planeado um grande número de novos aproveitamentos hidráulicos para a América do Sul e Ásia».”

Gabarito: Certo

Comentário: O item está correto. Veja:

*“Estas encontram-se amplamente espalhadas pelos rios do Mundo, dado que cerca de 63% dos grandes rios já não correm livremente», explica a investigadora, notando que «isto é particularmente relevante quando **se sabe** que está a ser planeado um grande número de novos aproveitamentos hidráulicos para a América do Sul e Ásia».*” = não há sujeito no trecho destacado.

20. O sujeito da oração “é importante” (último parágrafo) é indeterminado.

Gabarito: Errado

Comentário: “Além disso, é essencial planejar medidas de recuperação e o nosso estudo mostra que estabelecer áreas protegidas para rios ou melhorar as florestas são soluções eficientes.” = não, o sujeito não é indeterminado e sim **oracional**.

21. A depender da classificação, o termo “história” pode apresentar ditongo crescente ou hiato.

Gabarito: Certo

Comentário: Esse é um exemplo de palavra em que o ditongo crescente pode virar um hiato: his-tó-ria = semivogal “i” + vogal “a” | his-tó-ri-as = hiato: duas vogais separadas “i” e “a”.

22. Estaria mantida a correção gramatical do primeiro período do último parágrafo caso fosse empregado o sinal indicativo de crase no “a” que antecede o termo “outros”.

Gabarito: Errado

Comentário: Na verdade, antes de pronomes indefinidos que não admitem artigo (seguidos ou não de “s”), por exemplo, alguma, alguém, nenhuma, cada, certa, determinada, pouca, quanta, tal, tamanha, tanta, toda, ninguém, muita, outra, tudo, qual, qualquer, quaisquer. Portanto, não há crase. Além disso, o termo “outros” é **masculino**.

Considerando a redação oficial, nos termos do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens a seguir.

23. O MRPR permite que seja utilizado tanto o numeral ordinal quanto o numeral cardinal para indicar o dia na data de expedição de um documento oficial. Por essa razão, seria correto utilizar “01” ou “1º” para indicar a data em textos oficiais.

Gabarito: Errado

Comentário: De acordo com as orientações do Manual de Redação, ao escrever datas em um documento, é correto utilizar a **forma ordinal** para indicar o primeiro dia do mês e a forma cardinal para os demais dias. Portanto, não é apropriado usar “01” em vez de “1º”, pois essa forma está incorreta.

24. Para garantir que um texto seja apropriado para a sua finalidade comunicativa, é importante considerar tanto a intenção da pessoa que o escreveu quanto o propósito do documento em si.

Gabarito: Certo

Comentário: É justamente isso que o Manual de Redação da Presidência da República estabelece. Observe:

No caso da redação oficial, quem comunica é **sempre o serviço público** (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o **público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes**. Além disso, deve-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa.

Ou seja, o conteúdo da questão apenas apresentou, em outras palavras, o que está escrito no finalzinho do parágrafo indicado.

25. Quando o tratamento destinado ao receptor for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é “Ao Senhor” ou “À Senhora”. Além disso, as expressões “A Sua Senhoria o Senhor” e “A Sua Senhoria a Senhora” não devem ser utilizadas.

Gabarito: Certo

Comentário: O item está correto. O MRPR estabelece que, quando o tratamento destinado ao receptor for Vossa Senhoria, o endereçamento a ser empregado é “Ao Senhor” ou “À Senhora”. Além disso, o Manual ressalta que não se deve utilizar a expressão “A Sua Senhoria o Senhor” ou “A Sua Senhoria a Senhora”.

26. Quando não utilizado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter introdução, desenvolvimento e conclusão.

Gabarito: Certo

Comentário: Isso, essa é a estrutura correta. Veja:

O texto do documento oficial deve seguir a seguinte padronização de estrutura:

I – nos casos em que não seja usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

a) **introdução:** em que é apresentado o **objetivo** da comunicação. Evite o uso das formas: Tenho a honra de, Tenho o prazer de, Cumpre-me informar que. Prefira empregar a **forma direta**: Informo, Solicito, Comunico;

b) **desenvolvimento:** em que o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em **parágrafos distintos**, o que confere maior clareza à exposição; e

c) **conclusão:** em que é afirmada a posição sobre o assunto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Considere as informações a seguir para o julgamento dos itens 27 a 29.

Joana foi à mercearia e comprou cinco latas de milho e três litros de leite totalizando R\$ 26,45. No mesmo dia, Rodrigo foi à mesma mercearia e comprou seis latas de milho e dois litros de leite totalizando R\$ 24,70.

27. O valor do litro de leite nessa mercearia é R\$ 2,65.

Gabarito: Errado

Comentário: Vamos montar um sistema linear para as informações apresentadas:

- $5M + 3L = 26,45$ (a)
- $6M + 2L = 24,70$ (b)

Multiplicando a equação (b) por $(-3/2)$, teremos:

- $-9M - 3L = -37,05$

Somando com a equação (a), teremos:

- $-4M + 0 = -10,6$
- **$M = R\$ 2,65$.**

Substituindo o valor de M na equação (a), teremos:

- $5 \times 2,65 + 3L = 26,45$
- **$L = R\$ 4,40$.**

Portanto, o item está **ERRADO** pois o litro de leite custa R\$ 4,40.

28. Se uma terceira pessoa fizer uma compra de duas latas de milho e nove litros de leite gastará menos de R\$ 45,00.

Gabarito: Certo

Comentário: Como vimos que a lata de milho custa R\$ 2,65 e o litro de leite custa R\$ 4,40, temos:

- $2 \times 2,65 + 9 \times 4,40 = T$

- **T = R\$ 44,90.**

Portanto, o item está **CERTO**, pois será inferior a R\$ 45,00.

29. O valor do litro de leite supera o valor do milho em menos de 70%.

Gabarito: Certo

Comentário: Notem que a pergunta foi em quanto o valor do litro de leite supera o valor do milho. Com base nos preços unitários encontrados, teremos:

$$\% = \frac{4,40}{2,65} - 1$$

$$\% = 0,66 \text{ ou } 66\%$$

Portanto, temos que o item está **CERTO**.

O primeiro e o quarto termo, respectivamente, de uma Progressão Geométrica (P.G) são 6 e 162.

Julgue o item a seguir:

30. O quinto termo dessa P.G é 486.

Gabarito: Certo

Comentário: Para encontrar qualquer elemento da PG, utiliza-se a expressão:

$$a_n = a_1 \times q^{n-1}$$

Onde:

- a_n : número que queremos obter
- a_1 : o primeiro número da sequência
- q^{n-1} : razão elevada ao número que queremos obter, menos 1.

Dessa forma, podemos encontrar a razão pois sabemos o valor de a_4 e de a_1 , logo:

$$162 = 6 \times q^{4-1}$$

$$q^3 = 27$$

$$q = 3$$

Agora, podemos determinar o quinto termo dessa P.G (a_5):

$$a_5 = a_1 \times q^{5-1}$$

$$a_5 = 6 \times 3^4$$

$$a_5 = 486$$

Portanto, o item está **CERTO**.

Considere as indicações a seguir para o julgamento dos itens 31 e 32.

“A Polícia Rodoviária Federal recuperou 63 pássaros silvestres que estavam sendo transportados na bagagem de um passageiro de ônibus. O flagrante ocorreu na BR 316 em Picos (PI).

A apreensão dos pássaros ocorreu na sexta-feira (31), durante abordagem a um ônibus interestadual que vinha da cidade de Brasília (DF) com destino a Patos (PB). A equipe iniciou os procedimentos de fiscalização quando encontrou duas bolsas nos últimos assentos do veículo, que pertenciam a um passageiro de 57 anos. No interior da bagagem, foram encontrados 63 pássaros silvestres espécies do canário da terra, sendo 27 machos e 36 fêmeas.”

Fonte: <https://www.gov.br/prf> (Adaptado)

Em um mapa foram utilizadas coordenadas cartesianas para as respectivas cidades, estando o centro de Brasília situado na coordenada **(950, 530)** e o centro da cidade de Patos na coordenada **(550, 230)**. Sabe-se que cada segmento de medida unitária nesse sistema corresponde a 4 quilômetros reais.

Julgue os itens 31 e 32:

31. A distância real, em linha reta, entre os centros das cidades de Brasília e de Patos é de 2000 quilômetros.

Gabarito: Certo

Comentário: Considerando o sistema cartesiano (x,y), a distância entre dois pontos pode ser calculada da seguinte forma:

$$d = \sqrt{(x_1 - x_2)^2 + (y_1 - y_2)^2}$$

Onde a questão nos informou esses valores de x e y. Vamos, então, substituí-los:

$$d = \sqrt{(950 - 550)^2 + (530 - 230)^2}$$

$$d = \sqrt{160000 + 90000}$$

$$d = \sqrt{250000}$$

$$d = 500$$

Como a questão informou que cada unidade cartesiana correspondia a 4 quilômetros, teremos:

$$D = 500 \times 4$$

$$D = 2000 \text{ km.}$$

Logo, o item está **CERTO**.

32. Caso seja selecionado, aleatoriamente, um desses pássaros apreendidos, a probabilidade de ele ser fêmea é superior a 60%.

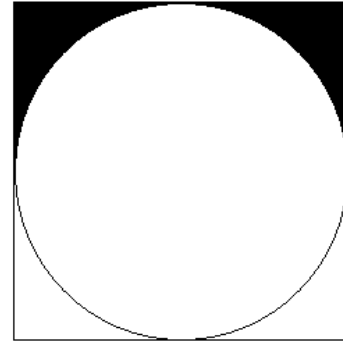
Gabarito: Errado

Comentário: Notem que o enunciado afirmou que há 27 machos e 36 fêmeas, logo, a probabilidade de ser fêmea será a razão entre a quantidade de fêmeas e a quantidade total de pássaros:

$$P = \frac{36}{63} = \frac{4}{7} = 0,57 \text{ ou } 57\%.$$

Portanto, o item está **ERRADO**.

Considere a seguinte circunferência perfeitamente inscrita em um quadrado, cuja medida do lado é L:



Considere, ainda, $\pi = 3$.

33. A área hachurada, em unidades de área, é igual a $0,15 L^2$.

Gabarito: Errado

Comentário: Vamos, inicialmente, calcular a área do quadrado e subtrair da área da circunferência.

QUADRADO:

$$Aq = L \times L = L^2$$

CIRCUNFERÊNCIA:

$$Ac = \frac{\pi \times d^2}{4} = \frac{3 L^2}{4}$$

Subtraindo:

$$Ar = L^2 - \frac{3 L^2}{4} = \frac{L^2}{4} = 0,25 L^2$$

Contudo, essa Ar corresponde a toda a área entre o quadrado e a circunferência. Notem que a questão somente nos pediu como área hachurada a metade desse valor, ou seja:

$$Ah = \frac{0,25 L^2}{2} = 0,125 L^2$$

Portanto, o item está **ERRADO**.

34. O valor de $\log_4^{256} x \log_3^1$ é igual a 4.

Gabarito: Errado

Comentário: Sendo a e b números reais e positivos, com $a \neq 1$, chama-se logaritmo de b na base a o

expoente x ao qual se deve elevar a base a de modo que a potência a^x seja igual a b .

$$\log_a b = x \leftrightarrow a^x = b$$

Temos, então:

$$\log_4^{256} = 4, \text{ pois } 4^4 = 256$$

$$\log_3^1 = 0, \text{ pois } 3^0 = 1$$

Dessa forma, temos que: $4 \times 0 = 0$.

Portanto, o item está **ERRADO**, pois o valor será **0 (zero)**.

INFORMÁTICA

No que se refere a correio eletrônico, programas de busca na web e Windows, julgue os itens a seguir.

35. Os servidores de e-mail utilizam, em regra, três protocolos em suas comunicações. Enquanto o protocolo SMTP é utilizado para enviar mensagens de correio eletrônico, os protocolos POP3 e IMAP têm a função de receber essas mensagens e disponibilizá-las ao usuário.

Gabarito: Certo

Comentário: os três protocolos citados são aqueles que são realmente utilizados pelos servidores de e-mail, com os objetivos destacados na assertiva. Enquanto o SMTP tem a função de transmitir a mensagem por uma rede de computadores, os protocolos POP3 e IMAP possuem os mecanismos para o recebimento e disponibilização ao usuário. Além disso, o POP3 geralmente recebe, baixa e deleta as mensagens de um servidor de e-mail, enquanto o IMAP não apaga as mensagens automaticamente do servidor.

36. O browser Mozilla Firefox possui um serviço capaz de armazenar os dados do usuário em servidores e permitir a sincronização das páginas favoritas, do histórico de navegação, das preferências e até mesmo de senhas. Esse recurso é conhecido como *Firefox Sync*.

Gabarito: Certo

Comentário: o Firefox Sync, do navegador Mozilla Firefox, é um serviço de sincronização do navegador que armazena dados do usuário em servidores, permitindo que sejam sincronizadas as páginas favoritas, os históricos de navegação, as preferências, as senhas, as abas abertas, entre outros. Assim, as informações ficam disponíveis em todos os computadores e dispositivos do usuário, bastando uma conexão à Internet para ter acesso a todo o conteúdo.

37. A atualização para o sistema operacional Windows 11 foi lançada recentemente pela Microsoft. Para ter acesso ao *upgrade*, os usuários do Windows 10 devem acessar o site da proprietária e realizar o desbloqueio do *download*, mediante o pagamento de uma taxa que varia entre 4 e 10 dólares.

Gabarito: Errado

Comentário: a atualização (*upgrade*) para o sistema operacional Windows 11 pode ser feita de forma gratuita pelos usuários que já utilizam o Windows 10. Assim, não há que se falar em pagamento de taxas para a realização do *upgrade* destacado.

Com relação à segurança da informação e malwares, julgue os itens subsequentes.

38. A ação de um antivírus pode ser dividida em três fases, quais sejam: detecção, identificação e remoção. Na fase da identificação, o antivírus busca localizar o vírus, sabendo que a máquina já se encontra infectada.

Gabarito: Errado

Comentário: o antivírus é um software com a função de remover vírus existentes em uma máquina e combater a infecção por novos vírus. Assim como descreveu a assertiva, a ação de um antivírus pode ser dividida nas três fases destacadas. No entanto, a fase que busca localizar o vírus é a da detecção, e não a identificação. Esta, no que lhe concerne, tem o objetivo de identificar qual vírus específico que infectou a máquina, para que a fase da remoção consiga combatê-lo de maneira eficaz.

39. A simples utilização de um certificado digital garante a autenticidade do proprietário do certificado, a integridade do documento e o não-repúdio.

Gabarito: Errado

Comentário: o certificado digital trata-se de um documento eletrônico assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, com o intuito de vincular uma chave pública a uma entidade. Esse mecanismo, por si só, garante a confidencialidade e a autenticidade do proprietário do certificado, mas não a integridade nem o não-repúdio. A assinatura digital (método matemático), por sua vez, consegue garantir a autenticidade do emissor, a integridade do documento e o não-repúdio.

40. O software malicioso *trojan proxy* age instalando um servidor proxy na máquina infectada, com a finalidade de possibilitar a utilização do computador para navegação anônima e envio de spam.

Gabarito: Certo

Comentário: o malware *trojan proxy*, que invade a máquina utilizando o princípio do cavalo de tróia, instala um servidor proxy na máquina infectada e possui a finalidade destacada na assertiva: navegação anônima e envio de spam pelos atacantes.

A respeito dos conceitos de redes de computadores, julgue os itens a seguir.

41. Uma ligação telefônica realizada por meio do aplicativo WhatsApp pode ser considerada uma comunicação full-duplex, em que o transmissor e o receptor podem transmitir e receber dados simultaneamente.

Gabarito: Certo

Comentário: embora não seja uma boa prática as duas pessoas falarem ao mesmo tempo em uma ligação telefônica, isso é plenamente possível – tanto na telefonia convencional como nas ligações realizadas no WhatsApp. Assim, nesse caso a comunicação é realmente considerada full-duplex, uma vez que ambas as pessoas podem transmitir e receber dados simultaneamente.

42. Considerando o modelo de referência OSI/ISO, os dispositivos conhecidos como roteador, hub e switch operam em uma mesma camada, tendo em vista que possuem finalidades em comum.

Gabarito: Errado

Comentário: o modelo de referência OSI/ISO é dividido em sete camadas, quais sejam: física, enlace, rede, transporte, sessão, apresentação e aplicação. O hub opera na camada física, sendo um dispositivo que não realiza filtragem dos dados que passam por ele; o switch opera na camada de enlace, já incorporando técnicas de filtragem avançadas; e o roteador opera na camada de rede, trabalhando com o envio e recebimento de pacotes com outras redes de computadores. Assim, os dispositivos operam em camadas diferentes e possuem finalidades distintas.

FÍSICA**Texto para as questões 43 e 44**

Considerando-se que um projétil de arma de fogo com massa $m = 250 \text{ g}$ tenha sido disparado horizontalmente com velocidade $v = 200 \text{ m/s}$ e tenha percorrido uma trajetória retilínea até acertar o alvo, considerando que o atrito seja responsável por uma dissipação de energia da ordem de 20%, julgue os itens seguintes.

43. O trabalho total das forças sobre o projétil é igual à variação de energia cinética dele.

Gabarito: Certo

Comentário: Trata-se do famoso teorema do trabalho e energia cinética, por meio do qual podemos afirmar que o trabalho total (não apenas das forças conservativas) é igual à variação da energia cinética do corpo.

A dúvida aqui poderia residir sobre o fato de haver atrito na questão, mas isso não influencia na validade desse teorema, você só vai ter que descontar o trabalho das forças dissipativas para calcular o trabalho total.

44. A velocidade com que o projétil atinge o alvo é de 160 m/s .

Gabarito: Errado

Comentário: Vamos calcular a velocidade do projétil, por meio da energia cinética, ou seja, a energia cinética com que o projétil atinge o alvo é de apenas 80% do que ele possuía no início.

Assim, a energia cinética inicial será dada por $E_{\text{cin}} = m \cdot V^2/2 = 0,25 \times 200^2/2 = 5.000 \text{ J}$.

Por conta da perda de energia, apenas 80% dessa energia permanece no projétil, o que nos dá um valor total de $0,80 \times 5.000 \text{ J} = 4.000 \text{ J}$.

Para calcular a velocidade basta voltarmos para a fórmula da energia cinética:

$$E_{\text{cin}} = m \cdot V^2/2$$

$$4.000 = 0,25 \cdot V^2/2$$

$$V^2 = 32.000$$

$$V = 178,9 \text{ m/s}$$

Texto para as questões 45 e 46

Considere que o Corpo de Bombeiros Militar tenha sido chamado para uma ocorrência de salvamento em altura, de uma pessoa que pretendia suicidar-se, atirando-se de uma altura de 30 m (aproximadamente a altura de um prédio de 10 andares).

Durante a intervenção, a equipe não conseguiu negociar com a pessoa, de modo que ela acabou sofrendo uma queda livre da altura acima citada.

Após o ocorrido, a perícia conseguiu constatar, por meio de câmeras de segurança, que a pessoa percorreria uma distância de 1 m durante o primeiro segundo de queda.

Desprezando as forças de resistência, considerando que $g = 10 \text{ m/s}^2$, julgue os itens a seguir.

45. A pessoa, ao cair em queda livre, fica sujeita a um movimento cuja aceleração é crescente.

Gabarito: Errado

Comentário: Não se trata de uma aceleração crescente, pois a aceleração será a da gravidade, que é constante, nesse caso.

Crescente será apenas a velocidade do corpo, que, por ação da gravidade, vai tendo o módulo de sua velocidade aumentado constantemente sempre do mesmo fator.

46. A pessoa percorre 7 m durante o quarto segundo de queda.

Gabarito: Certo

Comentário: Nesse caso, para calcular essas distâncias de forma mais rápida e estratégica, basta que você faça uso das proporções de Galileu, ou seja, as distâncias percorridas por um corpo em

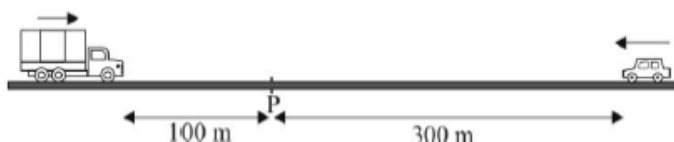
queda livre são proporcionais aos números ímpares, caso ocorram em tempos iguais.

Usando essa dica teórica, podemos estabelecer a seguinte proporção:

Tempo	Distância percorrida
1º: De 0 a 1s	$1\text{m} \times 1 = 1\text{m}$
2º: De 1s a 2s	$1\text{m} \times 3 = 3\text{m}$
3º: De 2s a 3s	$1\text{m} \times 5 = 5\text{m}$
4º: De 3s a 4s	$1\text{m} \times 7 = 7\text{m}$

Note que ao final do quarto segundo de queda (de 3s a 4s) o corpo já percorreu uma distância de $7 + 5 + 3 + 1 = 16\text{m}$.

Texto para as questões 47 e 48



A figura precedente ilustra a situação em que um caminhão de 3 toneladas, com velocidade constante de 72 km/h, e um automóvel de 1 tonelada, também com velocidade constante, se deslocam em uma pista reta, em sentidos contrários. No ponto P, ocorre uma colisão frontal entre o caminhão e o carro. Em $t = 0$ segundos, o caminhão está a 100 m do ponto P e o carro está a 300 m do ponto P.

A respeito de uma colisão mecânica, julgue os itens a seguir.

47. Em uma colisão entre um caminhão e um carro, a força que o caminhão exerce sobre o carro é maior que a força que o carro exerce sobre o caminhão, pois a massa do caminhão é maior que a do carro.

Gabarito: Errado

Comentário: As forças trocadas durante uma colisão são forças internas ao sistema e por isso são

classificadas como forças de ação e reação, e, portanto, possuem o mesmo módulo, de acordo com a Terceira Lei de Newton.

O fato de um dos veículos sofrer maiores lesões com a colisão deve-se ao fato de eles possuírem inércias (massas) diferentes, ou seja, o de menor massa acaba sofrendo mais com a colisão do que o de maior massa, porém são submetidos a forças de mesmo módulo.

48. Considerando que a colisão é inelástica, o conjunto passará imediatamente ao repouso ao final da colisão.

Gabarito: Certo

Comentário: Primeiramente vamos calcular a velocidade do carro, que pode ser calculada a partir do tempo que ele vai ter para percorrer a distância de 300m, que é exatamente o tempo que o caminhão possui para percorrer 100m.

Assim,

$$\Delta t = \frac{100\text{m}}{72 / 3,6 \text{ m/s}} = 5\text{s}$$

$$V_{\text{carro}} = \frac{300}{5} = 60\text{ m/s}$$

Agora vamos usar a conservação da quantidade de movimento para calcular a velocidade do conjunto após a colisão.

$$Q_{\text{in}} = Q_{\text{fin}}$$

$$M.V_{\text{caminhão}} - m.V_{\text{carro}} = (m + M).V_{\text{conjunto}}$$

$$3.000 \times 20 - 1.000 \times 60 = (3.000 + 1.000)V_{\text{conjunto}}$$

$$V_{\text{conjunto}} = \frac{0}{4.000} = 0$$

ÉTICA E CIDADANIA

49. Tendo em vista os aspectos geográficos e culturais brasileiros, julgue os itens a seguir.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) não promoveu grandes mudanças na configuração do mapa político do Brasil em nível estadual.

Gabarito: Errado

Comentário: Nada disso, pois a CF/88 inovou em algumas mudanças sim. A CF/88 transformou os territórios federais do Amapá em Estado do Amapá e o de Roraima em Estado de Roraima. Além disso, o território de Fernando de Noronha foi anexado a Pernambuco, sendo, porém, mantida a possibilidade de, futuramente, serem criados novos territórios federais. O Brasil central também conheceu o desmembramento do estado de Goiás em Tocantins em 1988, tornando a República Federativa do Brasil dividida em 26 estados e o Distrito Federal. Pode-se afirmar, assim, que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 constitui-se no instrumento legal que promoveu a mudança mais recente e que dá suporte à atual configuração do mapa político do Brasil em nível estadual.

50. Embora o modal rodoviário seja mais indicado para o deslocamento a curtas e médias distâncias, a pouca participação dos demais modais na matriz de transporte do país fazem com que o transporte rodoviário desempenhe papel fundamental na realização das viagens de longas distâncias, sendo o modal rodoviário de predominante participação na matriz de transporte do Brasil.

Gabarito: Certo

Comentário: O modal rodoviário é capaz de acessar facilmente os pontos de embarque e desembarque e prestar, assim, o chamado serviço porta a porta. Apresenta, também, alta capacidade de integração com os demais sistemas de transporte. Apesar de ser ideal para o deslocamento a curtas e médias distâncias, a baixa disponibilidade e a pouca participação dos demais modais na matriz de transporte do país fazem com que o transporte rodoviário também desempenhe papel fundamental na realização das viagens de longas distâncias. O modal rodoviário tem participação

predominante na matriz de transporte do Brasil, tanto para passageiros quanto para cargas. As rodovias respondem por 96,2% do transporte de passageiros e por 61,09% do transporte de cargas, conforme dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Esse predomínio do modal rodoviário no transporte de cargas e de passageiros é denominado de "rodoviarismo", mas gera consequências econômicas negativas para o Brasil. A principal delas é o alto custo nacional do transporte de carga.

51. A Caatinga, bioma tipicamente brasileiro, tem seu desenvolvimento propiciado pela relativa escassez de água, somada à pobreza dos solos, sendo que sua vegetação é adaptada à aridez, do tipo xerófito.

Gabarito: Certo

Comentário: Bioma é uma região com certo nível de homogeneidade, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria. Segundo o IBGE, há, no Brasil, seis biomas: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Pampa. A Caatinga é um bioma totalmente brasileiro, o que significa que grande parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em nenhum outro lugar do planeta. A relativa escassez de água, somada à pobreza dos solos, ofereceu condições naturais para o desenvolvimento da Caatinga. A vegetação é adaptada à aridez, do tipo xerófito ou xerófila. São plantas que, no decorrer do tempo e da sua evolução natural, desenvolveram mecanismos que permitem que vivam em ambientes secos, de pouca umidade. As folhas são pequenas e estreitas, as cascas são grossas – estruturas próprias para o armazenamento de água. As árvores retorcidas e arbustos espinhentos perdem as folhas periodicamente com a seca. Esse tipo climático caracteriza-se por baixa umidade e

irregularidade de chuvas, com longos períodos de escassez pluviométrica.

52. Em relação às regras deontológicas presentes no decreto nº 1.171 de 1994, julgue o item a seguir.

Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, caracteriza apenas atitude contra a ética.

Gabarito: Errado

Comentário: As regras deontológicas representam o padrão ético desejável na Administração Pública Federal, referem-se ao conjunto de princípios e regras de conduta inerentes a determinado grupo profissional. O erro presente na assertiva encontra-se no fato de que a espera do cidadão na prestação dos serviços públicos não configura apenas atitude contra a ética, mas também causa grave dano moral aos cidadãos. Vejamos o dispositivo do decreto:

“X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.”

53. Os trabalhos da Comissão de Ética Pública (CEP), segundo o decreto n.º 6.029/2007, expressamente, devem ser desenvolvidos com celeridade e devem observância ao princípio da proteção à honra e à imagem da pessoa investigada.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, a assertiva descreve bem o art. 10 do referido decreto. Vejamos o texto da norma:

“Os trabalhos da CEP e das demais Comissões de Ética devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

I - proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;

II - proteção à identidade do denunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos, com as garantias asseguradas neste Decreto.”

54. O Decreto Federal nº 9.203/2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sobre essa norma, julgue o item seguinte.

Capacidade de resposta, confiabilidade e prestação de contas são alguns princípios da governança pública.

Gabarito: Certo

Comentário: É isso mesmo, segundo o Decreto nº 9.203/2017, são princípios da governança pública a capacidade de resposta, a integridade, a confiabilidade, a melhoria regulatória, a prestação de contas e responsabilidade, e a transparência.

55. A respeito das disposições do decreto nº 1.171 de 1994, assinale como certo ou errado o item seguinte.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal se confunde com o regime disciplinar do servidor público previsto na Lei nº 8.112 de 1990.

Gabarito: Errado

Comentário: Nada disso, cada um no seu lugar! Para melhor se compreender a total separação entre o Código de Ética e a lei que institui o regime disciplinar dos servidores públicos, basta a evidência de que o servidor adere à lei por uma simples conformidade exterior, coercitiva, imposta pelo Estado, pois a lei se impõe por si só, sem qualquer consulta prévia a cada destinatário, enquanto que, no atinente ao Código de Ética, a obrigatoriedade moral inclui a liberdade de

escolha e de ação do próprio sujeito, até para discordar das normas que porventura entenda injustas e lutar por sua adequação aos princípios da Justiça.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Julgue os itens abaixo com base na legislação de trânsito.

56. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 81. Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.

Art. 82. É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

Art. 83. A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Art. 84. O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

57. Os sinais de trânsito classificam-se em: verticais; horizontais; dispositivos de sinalização auxiliar; luminosos; sonoros; e gestos do agente de trânsito e do condutor.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

Art. 86. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN.

Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.

Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em:

I - verticais;

II - horizontais;

III - dispositivos de sinalização auxiliar;

IV - luminosos;

V - sonoros;

VI - gestos do agente de trânsito e do condutor.

58. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 88. Nenhuma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito após a realização de obras ou de

manutenção, enquanto não estiver devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

Parágrafo único. Nas vias ou trechos de vias em obras deverá ser afixada sinalização específica e adequada.

Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência:

I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;

II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais;

III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização.

59. *Salvo em casos de emergência, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, com 24h de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados.*

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Art. 95. Nenhuma obra ou evento que possa perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança, será iniciada sem permissão prévia do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

§ 1º A obrigação de sinalizar é do responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento.

§ 2º Salvo em casos de emergência, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via avisará a comunidade, por intermédio dos meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição da via, indicando-se os caminhos alternativos a serem utilizados.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo será punido com multa de R\$ 81,35 (oitenta e um reais e trinta e cinco centavos) a R\$ 488,10 (quatrocentos e oitenta e oito reais e dez centavos), independentemente das cominações cíveis e penais cabíveis, além de multa diária no mesmo valor até a regularização da situação, a partir do prazo final concedido pela autoridade de trânsito, levando-se em consideração a dimensão da obra ou do evento e o prejuízo causado ao trânsito.

§ 4º Ao servidor público responsável pela inobservância de qualquer das normas previstas neste e nos arts. 93 e 94, a autoridade de trânsito aplicará multa diária na base de cinquenta por cento do dia de vencimento ou remuneração devida enquanto permanecer a irregularidade.

Julgue os itens abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

60. *Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.*

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Literalidade. Vejamos:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

Art. 101. *Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias, conforme regulamentação do Contran.*

§ 1º *A autorização será concedida mediante requerimento que especificará as características do veículo ou combinação de veículos e de carga, o percurso, a data e o horário do deslocamento inicial.*

§ 2º *A autorização não exime o beneficiário da responsabilidade por eventuais danos que o veículo ou a combinação de veículos causar à via ou a terceiros.*

§ 3º *Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de seis meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.*

Art. 102. *O veículo de carga deverá estar devidamente equipado quando transitar, de modo a evitar o derramamento da carga sobre a via.*

Parágrafo único. *O CONTRAN fixará os requisitos mínimos e a forma de proteção das cargas de que trata este artigo, de acordo com a sua natureza.*

61. Registrado o veículo, expedir-se-á o Certificado de Registro de Veículo (CRV), em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com os modelos e com as especificações estabelecidos pelo Contran, com as características e as condições de invulnerabilidade à falsificação e à adulteração.

Gabarito: Certo

Comentário:

Art. 121. *Registrado o veículo, expedir-se-á o Certificado de Registro de Veículo (CRV), em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com os modelos e com as especificações estabelecidos pelo Contran, com as características e as condições de invulnerabilidade à falsificação e à adulteração.*

62. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando: for transferida a propriedade; o proprietário mudar de domicílio ou residência; for alterada qualquer característica do veículo; e houver mudança de categoria. Sendo no primeiro caso em trinta dias e nos demais imediatamente.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Art. 123. Será obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:

I - for transferida a propriedade;

II - o proprietário mudar o Município de domicílio ou residência;

III - for alterada qualquer característica do veículo;

IV - houver mudança de categoria.

§ 1º *No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.*

§ 2º *No caso de transferência de domicílio ou residência no mesmo Município, o proprietário comunicará o novo endereço num prazo de trinta dias e aguardará o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual.*

§ 3º *A expedição do novo certificado será comunicada ao órgão executivo de trânsito que expediu o anterior e ao RENAVAM.*

63. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via,

deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo. Entretanto, não se aplica a veículo de uso bélico.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 130 Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a veículo de uso bélico.

64. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 131. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.

§ 1º O primeiro licenciamento será feito simultaneamente ao registro.

§ 2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

§ 3º Ao licenciar o veículo, o proprietário deverá comprovar sua aprovação nas inspeções de segurança veicular e de controle de emissões de gases poluentes e de ruído, conforme disposto no art. 104.

65. As informações referentes às campanhas de chamamento de consumidores para substituição ou reparo de veículos não atendidas no prazo de seis meses, contado da data de sua comunicação, deverão constar do Certificado de Licenciamento Anual.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Art. 131. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e/ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 4º As informações referentes às campanhas de chamamento de consumidores para substituição ou reparo de veículos não atendidas no prazo de 1 (um) ano, contado da data de sua comunicação, deverão constar do Certificado de Licenciamento Anual.

§ 5º Após a inclusão das informações de que trata o § 4º deste artigo no Certificado de Licenciamento Anual, o veículo somente será licenciado mediante comprovação do atendimento às campanhas de chamamento de consumidores para substituição ou reparo de veículos.

66. No caso de transferência de propriedade, expirado o prazo de 30 dias, sem que o novo proprietário tenha tomado as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, o antigo proprietário deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no prazo de 60 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 134. No caso de transferência de propriedade, expirado o prazo previsto no § 1º do art. 123 deste Código sem que o novo proprietário tenha tomado as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, o antigo proprietário deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

Parágrafo único. O comprovante de transferência de propriedade de que trata o caput deste artigo poderá ser substituído por documento eletrônico com assinatura eletrônica válida, na forma regulamentada pelo Contran.

Art. 134-A. O Contran especificará as bicicletas motorizadas e equiparados não sujeitos ao registro, ao licenciamento e ao emplacamento para circulação nas vias.

67. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 135. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

68. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, entre outras, a pintura de faixa horizontal na cor amarela, com vinte centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

*III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, **com quarenta centímetros de largura**, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;*

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

69. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, entre outros requisitos, a inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

Art. 139-A. As motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias – moto-frete – somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I – registro como veículo da categoria de aluguel;

II – instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – Contran;

III – instalação de aparador de linha antena corta-pipas, nos termos de regulamentação do Contran;

IV – inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

§ 1º A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do Contran.

70. É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

Art. 139-A (...)

§ 2º É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de side-car, nos termos de regulamentação do Contran.

Art. 139-B. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal ou estadual de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos para as atividades de moto-frete no âmbito de suas circunscrições.

71. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos: ser penalmente imputável; saber ler e escrever; e possuir Carteira de Identidade ou equivalente.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Exatamente. Vejamos:

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

I - ser penalmente imputável;

II - saber ler e escrever;

III - possuir Carteira de Identidade ou equivalente.

Parágrafo único. As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH.

Art. 141. O processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos e à autorização para

conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CONTRAN.

§ 1º A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Municípios.

Art. 142. O reconhecimento de habilitação obtida em outro país está subordinado às condições estabelecidas em convenções e acordos internacionais e às normas do CONTRAN.

72. O condutor habilitado na categoria C poderá conduzir veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total seja de até três mil e quinhentos quilogramas.

Gabarito: Errado

Comentário: Quando exceder! Vejamos:

Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de A a E, obedecida a seguinte gradação:

I - Categoria A - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;

II - Categoria B - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

III - Categoria C - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;

IV - Categoria D - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares.

73. O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

Art. 144. O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.

Parágrafo único. O trator de roda e os equipamentos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas poderão ser conduzidos em via pública também por condutor habilitado na categoria B.

74. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher, entre outros, o seguinte requisito: não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser maior de vinte e um anos;

II - estar habilitado;

a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e

b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E;

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

III - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses;

IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.

Parágrafo único. A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III.

75. Os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação. O exame de que trata este artigo buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e deverá ter janela de detecção mínima de 90 dias.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

Art. 148-A. Os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º O exame de que trata este artigo buscará aferir o consumo de substâncias psicoativas que, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção e deverá ter janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, nos termos das normas do Contran.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 2º Além da realização do exame previsto no caput deste artigo, os condutores das categorias

C, D e E com idade inferior a 70 (setenta) anos serão submetidos a novo exame a cada período de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, a partir da obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação, independentemente da validade dos demais exames de que trata o inciso I do caput do art. 147 deste Código.

§ 3º (Revogado).

§ 4º É garantido o direito de contraprova e de recurso administrativo, sem efeito suspensivo, no caso de resultado positivo para os exames de que trata este artigo, nos termos das normas do Contran.

§ 5º O resultado positivo no exame previsto no § 2º deste artigo acarretará a suspensão do direito de dirigir pelo período de 3 (três) meses, condicionado o levantamento da suspensão à inclusão, no Renach, de resultado negativo em novo exame, e vedada a aplicação de outras penalidades, ainda que acessórias.

§ 6º O resultado do exame somente será divulgado para o interessado e não poderá ser utilizado para fins estranhos ao disposto neste artigo ou no § 6º do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 7º O exame será realizado, em regime de livre concorrência, pelos laboratórios credenciados pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, nos termos das normas do Contran, vedado aos entes públicos:

I - fixar preços para os exames;

II - limitar o número de empresas ou o número de locais em que a atividade pode ser exercida; e

III - estabelecer regras de exclusividade territorial.

76. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal enviarão por meio eletrônico, em prazos mínimos, aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação a todos os condutores cadastrados no

Renach com endereço na respectiva unidade da Federação.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Vejamos a literalidade:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

Art. 159 (...)

§ 12. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal enviarão por meio eletrônico, com 30 (trinta) dias de antecedência, aviso de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação a todos os condutores cadastrados no Renach com endereço na respectiva unidade da Federação.

77. A aplicação das penalidades administrativas não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Exatamente. Vejamos:

Art. 256. A autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas neste Código e dentro de sua circunscrição, deverá aplicar, às infrações nele previstas, as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - multa;

III - suspensão do direito de dirigir;

V - cassação da Carteira Nacional de Habilitação;

VI - cassação da Permissão para Dirigir;

VII - frequência obrigatória em curso de reciclagem.

§ 1º A aplicação das penalidades previstas neste Código não elide as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito, conforme disposições de lei.

§ 3º A imposição da penalidade será comunicada aos órgãos ou entidades executivos de trânsito responsáveis pelo licenciamento do veículo e habilitação do condutor.

78. Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente!

Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código.

§ 1º Aos proprietários e condutores de veículos serão impostas concomitantemente as penalidades de que trata este Código toda vez que houver responsabilidade solidária em infração dos preceitos que lhes couber observar, respondendo cada um de per si pela falta em comum que lhes for atribuída.

§ 2º Ao proprietário caberá sempre a responsabilidade pela infração referente à prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características, componentes, agregados, habilitação legal e compatível de seus condutores, quando esta for exigida, e outras disposições que deva observar.

§ 3º Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

§ 4º O embarcador é responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou no peso bruto total, quando simultaneamente for o único remetente da carga e o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for inferior àquele aferido.

§ 5º O transportador é o responsável pela infração relativa ao transporte de carga com excesso de peso nos eixos ou quando a carga proveniente de mais de um embarcador ultrapassar o peso bruto total.

§ 6º O transportador e o embarcador são solidariamente responsáveis pela infração relativa ao excesso de peso bruto total, se o peso declarado na nota fiscal, fatura ou manifesto for superior ao limite legal.

79. Quando não for imediata a identificação do infrator, o principal condutor ou o proprietário do veículo terá o prazo de 15 dias, contado da notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o Contran, e, transcorrido o prazo, se não o fizer, será considerado responsável pela infração o principal condutor ou, em sua ausência, o proprietário do veículo.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Agora são trinta dias!

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 7º Quando não for imediata a identificação do infrator, o principal condutor ou o proprietário do veículo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o Contran, e, transcorrido o prazo, se não o fizer, será considerado responsável pela infração o principal condutor ou, em sua ausência, o proprietário do veículo.

§ 8º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, não havendo identificação do infrator e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.

§ 9º O fato de o infrator ser pessoa jurídica não o exime do disposto no § 3º do art. 258 e no art. 259.

80. O principal condutor será excluído do Renavam somente nas seguintes situações: quando houver transferência de propriedade do veículo; mediante requerimento próprio; e a partir da indicação de outro principal condutor.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Do proprietário do veículo também!

§ 10. O proprietário poderá indicar ao órgão executivo de trânsito o principal condutor do veículo, o qual, após aceitar a indicação, terá seu nome inscrito em campo próprio do cadastro do veículo no Renavam.

§ 11. O principal condutor será excluído do Renavam:

I - quando houver transferência de propriedade do veículo;

II - mediante requerimento próprio ou do proprietário do veículo;

III - a partir da indicação de outro principal condutor.

81. A infração de natureza gravíssima é punida com multa no valor de R\$ 293,47.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Exatamente!

Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:

I - **infração de natureza gravíssima, punida com multa no valor de R\$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos);**

II - **infração de natureza grave, punida com multa no valor de R\$ 195,23 (cento e noventa e cinco reais e vinte e três centavos);**

III - **infração de natureza média, punida com multa no valor de R\$ 130,16 (cento e trinta reais e dezesseis centavos);**

IV - **infração de natureza leve, punida com multa no valor de R\$ 88,38 (oitenta e oito reais e trinta e oito centavos).**

§ 2º Quando se tratar de multa agravada, o fator multiplicador ou índice adicional específico é o previsto neste Código.

Art. 259. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:

I - gravíssima - sete pontos;

II - grave - cinco pontos;

III - média - quatro pontos;

IV - leve - três pontos.

82. Ao condutor identificado será atribuída pontuação pelas infrações de sua responsabilidade exceto aquelas praticadas por passageiros usuários do serviço de transporte rodoviário de passageiros em viagens de longa distância transitando em rodovias com a utilização de ônibus, em linhas regulares intermunicipal, interestadual, internacional e aquelas em viagem de longa distância por fretamento e turismo ou de qualquer modalidade, inclusive quando estiverem sem cinto de segurança.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos:

Sobre o cinto a norma exclui quando é urbano, permitido viajar em pé. Vejamos:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 4º Ao condutor identificado será atribuída pontuação pelas infrações de sua responsabilidade, nos termos previstos no § 3º do art. 257 deste Código, exceto aquelas:

I - praticadas por passageiros usuários do serviço de transporte rodoviário de passageiros em viagens de longa distância transitando em rodovias com a utilização de ônibus, em linhas regulares intermunicipal, interestadual, internacional e aquelas em viagem de longa distância por fretamento e turismo ou de qualquer modalidade, excluídas as situações regulamentadas pelo Contran conforme disposto no art. 65 deste Código;

II - previstas no art. 221, nos incisos VII e XXI do art. 230 e nos arts. 232, 233, 233-A, 240 e 241 deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades e medidas administrativas cabíveis;

III - puníveis de forma específica com suspensão do direito de dirigir.”

Art. 260. As multas serão impostas e arrecadadas pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via onde haja ocorrido a infração, de acordo com a competência estabelecida neste Código.

§ 1º As multas decorrentes de infração cometida em unidade da Federação diversa da do licenciamento do veículo serão arrecadadas e compensadas na forma estabelecida pelo CONTRAN.

§ 2º As multas decorrentes de infração cometida em unidade da Federação diversa daquela do licenciamento do veículo poderão ser comunicadas ao órgão ou entidade responsável pelo seu licenciamento, que providenciará a notificação.

§ 4º Quando a infração for cometida com veículo licenciado no exterior, em trânsito no território nacional, a multa respectiva deverá ser paga antes de sua saída do País, respeitado o princípio de reciprocidade.

83. É possível aplicar uma suspensão do direito de dirigir se um condutor atingir 30 pontos, e constarem que ele tem duas ou mais infrações gravíssimas na pontuação.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Muita atenção com esse tipo de questão. É possível? Sim. Imagina que tenha 16 pontos e tenha uma infração gravíssima. Aí, em um determinado dia, cometeu duas infrações gravíssimas (14 pontos) concomitantes. Ou seja, chegará nos trinta pontos e já é passível de ter a suspensão, pois já passou dos 20 pontos.

Art. 261. A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos seguintes casos:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

I - sempre que, conforme a pontuação prevista no art. 259 deste Código, o infrator atingir, no período de 12 (doze) meses, a seguinte contagem de pontos:

- a) 20 (vinte) pontos, caso constem 2 (duas) ou mais infrações gravíssimas na pontuação;*
- b) 30 (trinta) pontos, caso conste 1 (uma) infração gravíssima na pontuação;*
- c) 40 (quarenta) pontos, caso não conste nenhuma infração gravíssima na pontuação;*

II - por transgressão às normas estabelecidas neste Código, cujas infrações preveem, de forma específica, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

§ 1º Os prazos para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir são os seguintes:

I - no caso do inciso I do caput: de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) meses a 2 (dois) anos;

II - no caso do inciso II do caput: de 2 (dois) a 8 (oito) meses, exceto para as infrações com prazo descrito no dispositivo infracional, e, no caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, de 8 (oito) a 18 (dezoito) meses, respeitado o disposto no inciso II do art. 263.

§ 2º Quando ocorrer a suspensão do direito de dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação será devolvida a seu titular imediatamente após cumprida a penalidade e o curso de reciclagem.

84. No caso do condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, a penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta quando o infrator atingir o limite de 40 pontos, independentemente da natureza das infrações cometidas, facultado a ele participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 12 meses, atingir 30 pontos.

Gabarito: Certo**Comentário: Vejamos:**

Vejamos a literalidade:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 3º A imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir elimina a quantidade de pontos computados, prevista no inciso I do caput ou no § 5º deste artigo, para fins de contagem subsequente.

§ 5º No caso do condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, a penalidade de suspensão do direito de dirigir de que trata o caput deste artigo será imposta quando o infrator atingir o limite de pontos previsto na alínea c do inciso I do caput deste artigo, independentemente da natureza das infrações cometidas, facultado a ele participar de curso preventivo de reciclagem sempre que, no período de 12 (doze) meses, atingir 30 (trinta) pontos, conforme regulamentação do Contran.

§ 6º Concluído o curso de reciclagem previsto no § 5º, o condutor terá eliminados os pontos que lhe tiverem sido atribuídos, para fins de contagem subsequente.

§ 7º O motorista que optar pelo curso previsto no § 5º não poderá fazer nova opção no período de 12 (doze) meses.

§ 8º A pessoa jurídica concessionária ou permissionária de serviço público tem o direito de ser informada dos pontos atribuídos, na forma do art. 259, aos motoristas que integrem seu quadro funcional, exercendo atividade remunerada ao volante, na forma que dispuser o Contran.

§ 9º Incurrerá na infração prevista no inciso II do art. 162 o condutor que, notificado da penalidade de que trata este artigo, dirigir veículo automotor em via pública.

85. Determinado condutor foi condenado pelo crime de trânsito de omissão de socorro, mas não era reincidente. Assim, não terá a suspensão do direito de dirigir aplicada pelo juiz, mas poderá ter

a cassação do documento de habilitação pela autoridade do órgão executivo de trânsito estadual ou distrital.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Uma das hipóteses. Vejamos a literalidade:

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 10. O processo de suspensão do direito de dirigir a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverá ser instaurado concomitantemente ao processo de aplicação da penalidade de multa, e ambos serão de competência do órgão ou entidade responsável pela aplicação da multa, na forma definida pelo Contran.

§ 11. O Contran regulamentará as disposições deste artigo.

Art. 263. A cassação do documento de habilitação dar-se-á:

I - quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo;

II - no caso de reincidência, no prazo de doze meses, das infrações previstas no inciso III do art. 162 e nos arts. 163, 164, 165, 173, 174 e 175;

III - quando condenado judicialmente por delito de trânsito, observado o disposto no art. 160.

§ 1º Constatada, em processo administrativo, a irregularidade na expedição do documento de habilitação, a autoridade expedidora promoverá o seu cancelamento.

CARREIRA DA PRF

86. Em relação às disposições sobre a carreira da Polícia Rodoviária Federal, julgue o item a seguir.

É assegurada uma indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Policial Rodoviário Federal que, mesmo involuntariamente, deixar de

gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala.

Gabarito: Errado

Comentário: Por um detalhe a questão está errada: o ato tem que ser voluntário. Assim, a indenização constante da Lei 13.712 de 2018, para ser devida, deve ter caráter temporário e emergencial, e não pode ser imposta, ou seja, o ato do policial rodoviário federal tem que ser voluntário. Cabe lembrar também que a referida indenização não está sujeita ao imposto de renda e não poderá ser incorporada ao subsídio do servidor.

“Art. 1º Fica instituída indenização, de caráter temporário e emergencial, a ser concedida ao integrante da carreira de Policial Rodoviário Federal que, voluntariamente, deixar de gozar integralmente do repouso remunerado de seu regime de turno ou escala.

Parágrafo único. A indenização será devida no valor estabelecido no Anexo desta Lei, por turno ou escala de trabalho, ao Policial Rodoviário Federal que se dispuser, voluntariamente, a trabalhar durante parte do período de repouso remunerado de seu regime de turno ou escala e participar de eventuais ações relevantes, complexas ou emergenciais que exijam significativa mobilização da Polícia Rodoviária Federal.”

87. A respeito do Decreto nº 8.282 de 2014, marque como certa ou errada a questão a seguir.

O Decreto nº 8.282 de 2014 considera como promoção a passagem do servidor de um padrão para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe.

Gabarito: Errado

Comentário: Nada disso, esse conceito pertence à progressão! O referido decreto regulamenta os critérios e procedimentos para a promoção e progressão na carreira de Policial Rodoviário Federal, assim, dispõe sobre os conceitos de progressão e promoção. Vejamos:

“Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

- I - progressão - a passagem do servidor de um padrão para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro da mesma classe; e*
- II - promoção - a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.”*

DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens.

88. O atributo da discricionariedade está sempre presente no poder de polícia, tendo em vista que, na atuação de polícia, há certa margem de liberdade quanto a determinados elementos, como o motivo ou o objeto.

Gabarito: Errado

Comentário: Segundo Hely Lopes Meirelles, são atributos do poder de polícia:

- > discricionariedade;
- > autoexecutoriedade;
- > coercibilidade.

A discricionariedade deve ser analisada em linhas gerais, pois, em casos específicos o poder de polícia administrativa poderá se expressar de forma vinculada. Assim, a discricionariedade se apresenta no momento da escolha do que se deve fiscalizar e, no caso em concreto, na escolha de uma sanção ou medida dentre diversas previstas em lei. Por exemplo, a norma pode facultar à Administração apreender ou destruir um produto que se encontre fora dos padrões de segurança. Diante dessa situação, o agente público deverá analisar a conveniência e oportunidade e decidir entre uma alternativa ou outra. Existem situações, porém, que o poder de polícia se tornará

vinculado. Por exemplo, na concessão de licença para construir, estando presentes todos os requisitos previstos em lei, o agente público é obrigado a conceder a licença ao particular.

Vejamos uma questão sobre o assunto:

(CESPE/MPE-TO/2022) A discricionariedade, um dos atributos do poder de polícia, não está necessariamente presente em todas as suas manifestações. ©

89. Havendo causa excludente de ilicitude penal, o Estado não é civilmente responsável por danos causados por seus servidores públicos.

Gabarito: Errado

Comentário: STJ – Edição nº 61: “A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.”

A banca já cobrou esse assunto em diversas provas. Vejamos apenas dois exemplos:

(CESPE - 2018 - PGM - Manaus - AM - Procurador do Município) A respeito do entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes. (GAB: CERTO)

(CESPE - 2018 - Polícia Federal - Delegado de Polícia Federal) Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

O Estado não será civilmente responsável pelos danos causados por seus agentes sempre que estes estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal (GAB: ERRADO)

A respeito da organização administrativa, do controle da administração pública e do ato administrativo, julgue os itens a seguir.

90. As autarquias, além de serem dotadas de autoadministração, detêm personalidade jurídica distinta daquela do ente político que as criou.

Gabarito: Certo

Comentário: As autarquias são criadas no exercício da descentralização administrativa. Por exemplo, o INSS, por ser autarquia, não compõe a União, pois são pessoas jurídicas distintas.

Além de serem pessoas jurídicas distintas, é dado maior autonomia às autarquias, o que se exemplifica na autoadministração, que é a capacidade de administrar a si própria de acordo com as regras da lei que a instituiu.

91. O controle judicial da administração pública, por meio de mandado de segurança ou habeas data, pode ocorrer por provocação ou de ofício.

Gabarito: Errado

Comentário: Principais instrumentos de controle judicial: mandado de segurança individual e coletivo; ação popular; ação civil pública; mandado de injunção e habeas data.

No entanto, a principal característica do poder judiciário é a inércia, de tal modo que sua atuação judicial somente ocorre mediante provocação do interessado, não de ofício.

92. Ato administrativo contaminado de nulidade do qual se tenham valido indivíduos que propositalmente tiraram proveito do equívoco da administração, com comprovada má-fé, deverá ser anulado pela administração, a qualquer tempo.

Gabarito: Certo

Comentário: De fato, poderá ser anulado a qualquer tempo, tendo em vista a má-fé dos beneficiários do ato.

Em regra, o prazo para Administração Pública anular ato administrativo ilegal é de 5 anos.

No entanto, se ficar comprovada a má-fé, não haverá prazo, de forma que a Administração poderá anular o ato a qualquer tempo.

Para complementar, ainda há outra situação em que o prazo de 5 anos não é aplicável:

Em caso de afronta direta à Constituição Federal. O prazo decadencial de 5 anos do art. 54 da Lei nº 9.784/99 não se aplica quando o ato a ser anulado afronta diretamente a Constituição Federal. Trata-se de exceção construída pela jurisprudência do STF. Não há previsão na lei desta exceção 2. STF. Plenário. MS 26860/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 2/4/2014 (Info 741).

Julgue o item seguinte, relativo às disposições constitucionais aplicáveis ao servidor público.

93. Situação hipotética: Genilson, policial rodoviário federal, foi eleito deputado federal nas eleições de 2022. **Assertiva:** Nesse aspecto, Genilson ficará afastado de seu cargo efetivo na Polícia Rodoviária Federal para o exercício de mandato eletivo na Câmara dos Deputados, sendo esse tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Gabarito: Certo

Comentário: CF/88, Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de

serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

A Lei nº 8.112/1990: também trata do assunto:

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

V – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

DIREITO CONSTITUCIONAL

Com relação aos Direitos Individuais e Coletivos, elencados na CF/88, julgue o item a seguir.

94. O direito à intimidade e à vida privada é absoluto e não pode ser limitado pelo Estado.

Gabarito: Errado

Comentário: Embora o direito à intimidade e à vida privada seja um direito fundamental garantido pela Constituição, ele não é absoluto e pode ser limitado em certas circunstâncias, como por exemplo, em casos de investigação criminal ou proteção da segurança pública. O Estado tem o dever de garantir a proteção da intimidade e vida privada dos cidadãos, mas também deve agir para preservar o interesse público em determinados casos.

Com base nos remédios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

95. A ação popular é um remédio constitucional utilizado exclusivamente para a defesa de

interesses coletivos, enquanto o mandado de segurança é utilizado para a defesa de interesses individuais.

Gabarito: Errado

Comentário: De acordo com a CF, a ação popular é um remédio constitucional utilizado para a defesa de interesses coletivos e difusos, não apenas coletivos.

Em relação às Forças Armadas e Segurança Pública, julgue os itens que se seguem.

96. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei.

Gabarito: Certo

Comentário: Letra do art. 144, parágrafo 10, CF/88.

Art. 144, § 10, CF/88. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

97. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através de diversos órgãos, dentre os quais as Guardas Municipais.

Gabarito: Errado

Comentário: A guarda municipal não está elencada entre os incisos do Art. 144.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Considerando o Poder Constituinte e as Emendas à Constituição, julgue o item a seguir.

98. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados

ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Fernanda é brasileira, tem 59 anos e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Federal. Caio é brasileiro, tem 26 anos e deseja se candidatar ao cargo de Governador. Lucas é brasileiro, tem 35 anos, é analfabeto e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Estadual. Considerando que estão presentes os demais requisitos, de acordo com a Constituição Federal, julgue o item que se segue:

99. Fernanda pode se candidatar ao cargo que pretende; Caio não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governador e Lucas, embora possa votar, não pode se candidatar por ser analfabeto.

Gabarito: Certo

Comentário: Bizu para decorar as idades:

Telefone Constitucional: 3530-2118

35 - Presidente, Vice-Presidente e Senador.

30 - Governador e Vice-Governador

21 - Deputado Federal, Deputado Estadual, Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito e juiz de paz.

18 - Vereador

São inalistáveis: estrangeiros e conscritos

São inelegíveis: os inalistáveis e os analfabetos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Em relação ao Termo Circunstanciado de Ocorrência, julgue o item que se segue.

100. O Termo Circunstanciado de Ocorrência é um procedimento utilizado apenas em casos de crimes de menor potencial ofensivo.

Gabarito: Errado

Comentário: O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) é um procedimento utilizado para apurar infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, aquelas que tenham a pena

máxima cominada em abstrato não superior a dois anos de prisão, além de algumas contravenções penais. No entanto, ele não é exclusivo para esses casos, podendo ser utilizado também em outras situações, como nos casos de prisão em flagrante delito, por exemplo. Além disso, é importante destacar que o TCO é um instrumento de natureza administrativa, utilizado para o registro e apuração de infrações penais, sendo diferente do auto de prisão em flagrante, que é um procedimento de natureza judicial.

Em relação à Ação Penal, julgue o item que se segue.

101. Na ação penal de iniciativa privada personalíssima, a renúncia do direito de queixa pelo ofendido não impede o prosseguimento da ação penal pública incondicionada.

Gabarito: Certo

Comentário: Conforme o artigo 29 do Código de Processo Penal, a renúncia do direito de queixa pelo ofendido não prejudica o prosseguimento da ação penal pública incondicionada, que será promovida pelo Ministério Público. Isso significa que, ainda que o ofendido renuncie ao seu direito de queixa, o Ministério Público poderá continuar com a ação penal pública incondicionada, desde que haja elementos suficientes para sua promoção. No entanto, na ação penal de iniciativa privada personalíssima, a renúncia do direito de queixa pelo ofendido acarreta a extinção da punibilidade do acusado, nos termos do artigo 104, inciso I, do Código Penal.

Em relação à Identificação Criminal, julgue o item que se segue.

102. A identificação criminal por meio da coleta de material genético somente será possível quando houver decisão judicial fundamentada determinando sua realização.

Gabarito: Certo

Comentário: De acordo com o artigo 3º da Lei nº 12.037/2009, a identificação criminal por meio da coleta de material genético somente poderá ser realizada mediante autorização judicial, devidamente fundamentada.

Em relação ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item a seguir.

103. Caso um atirador esportivo transporte a sua arma de fogo desmuniada e desmontada, não estará configurado o delito de porte ilegal de arma de fogo.

Gabarito: Errado

Comentário: Trata-se de uma jurisprudência do STJ. A partir do julgamento do REsp 1.193.805/SP, firmou entendimento no sentido de que o crime de porte ilegal de arma de fogo é de perigo abstrato, de forma a ser irrelevante, para a configuração do tipo penal, o fato de estar o artefato desmontado ou não ser apto a efetuar disparos, pois o bem jurídico tutelado é a segurança pública e a paz social. II. No mesmo sentido decide a Quinta Turma do STJ: "O porte ilegal de arma de fogo não depende de lesão ou perigo concreto para caracterizar sua tipicidade, pois o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, e sim a segurança pública e a paz social, colocados em risco com a posse ou o porte de armas à deriva do controle estatal, mostrando-se irrelevante, portanto, o fato de a arma estar desmuniada ou desmontada para a configuração do crime".

Considerando a prisão em flagrante, no Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

104. A inexistência de testemunhas da infração impede, em regra, o auto de prisão em flagrante.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 304. (...)

§ 2º A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

A respeito do direito da criança e do adolescente, julgue o item a seguir.

105. A simples posse de um vídeo que contenha cena de sexo explícito envolvendo adolescente é um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gabarito: Certo

Comentário: Vamos lembrar a letra da lei:

Lei 8.069/90. Art. 241-B. Adquirir, **possuir** ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

DIREITO PENAL

A respeito da extraterritorialidade e dos princípios básicos do direito penal, julgue os itens a seguir.

106. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, desde que, atendido outras condições, o agente entre em território nacional.

Gabarito: Certo

Comentário: CP, Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

II - os crimes:

a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;

§ 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

a) entrar o agente no território nacional;

b) ser o fato punível também no país em que foi praticado;

c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;

d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;

e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

107. De acordo com o princípio da individualização da pena, nenhuma punição passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Gabarito: Errado

Comentário: CF/88, art. 5º, XLV: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

A questão se refere ao princípio da intranscendência da pena, que é diferente do princípio da individualização da pena (mencionado na questão). Não confunda:

Intranscendência da pena: a pena é imposta ao condenado, e somente a ele.

Individualização da pena: a pena de cada infrator é individual, segundo a gravidade do crime cometido.

Acerca da estrutura analítica do crime, julgue o item a seguir.

108. Situação hipotética: A fim de cuidar do ferimento do seu sobrinho que acabou de cair de skate, Miguel aplica ácido corrosivo sobre o machucado da criança, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento.

Assertiva: Nesse aspecto, a situação descrita retrata hipótese, tratada no Código Penal, de erro de tipo.

Gabarito: Certo

Comentário: De fato, há erro de tipo.

É importante não confundir erro de tipo com erro de proibição:

Erro de tipo - o agente não sabe o que faz.

Erro de proibição - o agente sabe o que faz, só não sabe que é proibido.

ERRO DE TIPO:

-> quando escusável (invencível, inevitável, justificável) -> exclui o dolo e a culpa

-> quando inescusável (vencível, evitável, injustificável) -> exclui somente o dolo, permitindo a punição por crime culposos, se previsto em lei (art. 20 do cp).

ERRO DE PROIBIÇÃO:

-> quando escusável (invencível, inevitável) -> exclui a culpabilidade (isenta de pena)

-> quando inescusável (vencível, evitável) -> causa de diminuição de pena (1/6 a 1/3)

Além disso, o erro de tipo (se escusável) é causa de exclusão da tipicidade. Já o erro de proibição (se escusável) é causa de exclusão da culpabilidade.

109. Situação hipotética: Ruan, penalmente imputável, induziu Artur, que tem 13 anos de idade, a suicidar-se, fato que efetivamente ocorreu. **Assertiva:** Nessa situação, em razão do suicídio ter se consumado, Ruan responderá pelo

crime de Induzimento ao suicídio na forma qualificada.

Gabarito: Errado

Comentário: É uma questão que merece bastante atenção. Vejamos conforme o CP:

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

§ 2º Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Perceba que, conforme o § 2º, se o suicídio se consuma, o crime realmente é qualificado. No entanto, continuemos a análise:

§ 7º Se o crime de que trata o § 2º deste artigo é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 deste Código.

Dessa forma, como Artur era menor de 14 anos, Ruan responderá pelo crime de homicídio.

A respeito dos crimes contra o patrimônio e a administração pública, julgue os itens subsecutivos.

110. Marcos arrombou o supermercado onde trabalha, e que pertence a seu pai de 65 anos de idade, levando diversas mercadorias de elevado valor econômico. Na situação hipotética narrada, pode-se afirmar que Marcos não responderá por crime contra o patrimônio, em razão de estar amparado por isenção de pena.

Gabarito: Errado

Comentário: Na situação hipotética apresentada, pode-se afirmar que Marcos praticou furto com rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

Furto Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

Poderíamos até pensar na "escusa de consciência", em que haveria uma isenção de pena, conforme o artigo 181, CP.

Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal;
II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

No entanto, há uma quebra da escusa, conforme disposição a seguir:

Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II - ao estranho que participa do crime.

III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

111. Configura crime o ato de servidor público defender interesse, ainda que legítimo, de um amigo no setor em que trabalha.

Gabarito: Certo

Comentário: Advocacia administrativa: Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

É crime ainda que o interesse seja legítimo. No entanto, se for ilegítimo, ocorre o crime na forma qualificada.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

112. É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as medidas socioeducativas aplicadas ao menor infrator com base no ECA, incluída a liberdade assistida, podem ser estendidas até que ele complete 21 (vinte e um) anos, sendo irrelevante a implementação da maioria civil ou penal no decorrer de seu cumprimento.

Gabarito: Certo

Comentário: O STJ há muito firmou esta última orientação e tem reiteradamente decidido que **as medidas socioeducativas podem ser executadas ainda que sobrevenha a maioria civil**:

*“As medidas socioeducativas aplicadas ao menor infrator com base no ECA **podem ser estendidas até que ele complete 21 (vinte e um) anos, sendo irrelevante a implementação da maioria civil ou penal no decorrer de seu cumprimento**” (AgRg no AREsp 1.022.549/ES, DJe 31/05/2017).*

*“É **pacífico o entendimento** do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que **as medidas socioeducativas aplicadas ao menor infrator com base no ECA, incluída a liberdade assistida, podem ser estendidas até que ele complete 21 (vinte e um) anos, sendo irrelevante a implementação da maioria civil ou penal no decorrer de seu cumprimento**” (AgInt no REsp 1.618.713/RJ, DJe 06/10/2016).*

113. Sobre o juizado especial criminal, após a lavratura do termo circunstanciado, se o autor do fato for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer,

não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Gabarito: Certo

Comentário: Assim prevê a Lei n. 9.099, art. 69: *“Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.”*

114 - A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, desde que consumada a transposição de fronteiras.

Gabarito: Errado

Comentário: Súmula n. 607/STJ: A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei 11.343/06) se configura com a prova da destinação internacional das drogas, **ainda que não consumada a transposição de fronteiras**. STJ. 3ª Seção. Aprovada em 11/04/2018.

Conforme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), julgue o item a seguir.

115. Se, durante uma operação policial de busca e apreensão, houver a apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada de arma de fogo, excepcionalmente, a depender da análise do caso concreto, ela pode levar ao reconhecimento de atipicidade da conduta, diante da ausência de exposição de risco ao bem jurídico tutelado pela norma.

Gabarito: Certo

Comentário: STJ – Jurisprudência em teses – Edição n. 108, tese 2: A apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada de arma de fogo, excepcionalmente, **a depender da análise do caso concreto**, pode levar ao reconhecimento de atipicidade da conduta, diante da ausência de exposição de risco ao bem jurídico tutelado pela norma.

Além disso, é importante fazer as seguintes observações:

Portar arma de fogo desmuniada configura crime, pois trata-se de crime de perigo abstrato.

✓ **PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA:** o entendimento majoritário é que não se aplica o princípio, porém em 2012, a 5ª Turma do STJ entendeu pela aplicação do princípio ao **PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO**: ele fora preso com um único projétil, sem ter havido apreensão da arma de fogo.

✓ A 2ª Turma do STF já considerou **ATÍPICA** a conduta daquele que porta, na forma de pingente, munição desacompanhada de arma (Info n. 826).

✓ **ARMA DESMONTADA:** Depende do caso concreto; se possível montá-la rapidamente e municiá-la, pode configurar o delito. Já o porte de arma de fogo inapta para efetuar disparos configura crime impossível.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

116. Tendo como consideração as disposições sobre direitos humanos, assinale como certo ou errado o item a seguir.

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.

Gabarito: Certo

Comentário: Segundo Flávia Piovesan, o princípio da prevalência dos direitos humanos – inédito na história constitucional brasileira – atesta o crescente processo de internacionalização dos direitos humanos e seu reflexo imediato, a humanização do Direito Internacional. Assim, evidencia o nosso legislador Constituinte Originário que a proteção dos direitos humanos não se restringe ao domínio reservado do Estado, revelando tratar de um legítimo interesse internacional.

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...]

II - prevalência dos direitos humanos;”

117. Considerando as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), julgue os próximos itens.

A DUDH, em seu artigo inaugural, consagra os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, a DUDH menciona no seu art. 1º o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A Declaração, proclamada em 1948, busca assegurar os direitos básicos do ser humano, e dá ênfase aos direitos de primeira (liberdade) e segunda (igualdade) gerações (nos direitos de terceira geração, há controversa doutrinária). Vejamos o artigo 1º da DUDH:

“Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

118. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos, exceto se, em último caso, devidamente justificado.

Gabarito: Errado

Comentário: Na verdade, não há essa exceção. A DUDH não reconhece de nenhum modo a escravidão e o tráfico de escravos. Vejamos:

“Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.”

119. A instrução, assegurada a todos, será gratuita nos graus elementares e fundamentais; a instrução elementar será obrigatória e a instrução técnico-profissional será acessível a todos.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, é o que dispõe o art. 26 da DUDH! Vejamos:

“Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.”

120. No que se refere à solução pacífica das controvérsias, incluindo-se os tribunais internacionais, julgue (certo ou errado) o item que se segue.

Os Estados-partes do Pacto de San José da Costa Rica detém competência exclusiva para a propositura de ações perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Gabarito: Errado

Comentário: A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos encarregado de promover e proteger os direitos humanos no continente americano) também possui competência para propor ação perante a Corte. Vejamos o que

dispõe o art. 61, do Pacto de São José da Costa Rica:

“ARTIGO 61

- 1. Somente os Estados-Partes e a Comissão têm direito de submeter caso à decisão da Corte.*
- 2. Para que a Corte possa conhecer de qualquer caso, é necessário que sejam esgotados os processos previstos nos artigos 48 a 50.”*

Discursiva

Suicídio já causa mais mortes de policiais do que confronto em serviço

343 policiais civis e militares foram assassinados em 2018, no Brasil. Em 75% dos casos, os assassinatos ocorreram quando os profissionais estavam fora de serviço. Os dados são da 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estudo também aponta que a violência à qual os policiais estão permanentemente expostos, o estresse psicológico e o acesso a armas têm causado graves efeitos: 104 policiais cometeram suicídio no ano passado. Esse número é maior do que o de policiais que foram mortos durante o horário de trabalho (87 casos). [...]

Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/suicidio-ja-causa-mais-mortes-de-policiais-do-que-confronto-em-servico/>. Acesso: 12 de janeiro de 2020.

PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação

Há cinco anos, o pai de Fernanda*, um **policial militar** de Santa Catarina, cometeu suicídio no caminho para o trabalho. O corpo do PM, de 40 e poucos anos, foi encontrado logo pela manhã dentro do seu carro, estacionado próximo à casa da família, que descobriu que a causa da morte era suicídio ao liberarem o corpo no IML. Jorge* usou a própria arma de trabalho para pôr fim à vida.

“Foi algo que ninguém esperava, fomos descobrir que ele teve depressão depois que ele se matou. A depressão dele é aquela que tem alteração de humor, ele sempre teve isso. Depois que se matou que fomos entender o que era. Meu pai nunca falou sobre isso [depressão]. No dia achamos que tinham matado ele, não sabíamos que tinha sido suicídio. Até porque só falaram para a gente que ele tinha se matado perto do velório. Foi difícil porque ele não nos contava nada. Ele era bem fechado, era o jeito dele”, diz a filha.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>. Acesso: 12 de janeiro de 2020

Considerando o caráter meramente motivador dos textos acima, elabore um texto dissertativo sobre o tema:

SAÚDE MENTAL DO POLICIAL NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE MARCADA PELA INSTABILIDADE EMOCIONAL

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- Instabilidade emocional como uma das características da sociedade contemporânea.
- Especificidades da profissão policial.
- A contribuição do Estado para a transformação da realidade no âmbito da atividade policial.

Proposta de Solução

O atual desenvolvimento tecnológico e civilizatório proporciona um cenário de facilidade e comodidade sem precedentes na história da humanidade. Apesar disso, a sociedade tem sido seriamente afetada pelas doenças de cunho emocional, o que demanda uma análise detida do tema, particularmente, das suas especificidades no contexto policial.

A sociedade atual vive um surto de doenças emocionais, a exemplo da depressão e da ansiedade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão, intitulada o “mal do século”, é a principal causa de problemas de saúde e incapacidade em todo o mundo e compromete a saúde de 4,4% da população mundial. Esse quadro associa-se a fatores como: a demasiada competitividade; a hipervalorização do empreendedorismo e da originalidade, num contexto de excesso de positividade previsto por Byung-Chul Han, na sua sociedade do cansaço; e o isolacionismo, decorrente do uso intenso da tecnologia. [Tópico 1]

Ademais, esse quadro de instabilidade é percebido de forma contundente no âmbito da atividade policial, devido às suas especificidades. Trata-se de carreira em que se fazem presentes a violência, as agressões físicas e verbais e os abusos de autoridade, os quais convergem para um cenário de desumanização e de degradação da dignidade dos quadros funcionais. A mística de que o policial é desprovido de fraquezas ou de sentimentos contribui para a formação de ambiente discriminatório em relação aos que são diagnosticados com problemas emocionais e psiquiátricos, o que dificulta o estabelecimento de um diálogo franco e aberto em nível institucional. Esse contexto provoca o surgimento de patologias emocionais, as quais têm sido responsáveis por elevado número de suicídios entre policiais. [Tópico 2]

Finalmente, o Estado pode adotar uma série de medidas para transformar essa realidade. A primeira delas é a proteção, a valorização e o reconhecimento dos profissionais de segurança pública. Isso pode ser feito pela formação, no âmbito de cada corporação, de grupos de acompanhamento da saúde mental compostos por profissionais preferencialmente externos às instituições policiais. Ademais, o aumento de suas remunerações poderá reduzir a necessidade de assumirem empregos paralelos e aliviar pressões financeiras sobre as famílias. **Por fim**, pode-se investir, também, em um aumento do efetivo policial como forma de reduzir a jornada total de trabalho, visto que trabalhar de forma contínua, sob condições extremas de estresse, é um elemento catalisador de distúrbios e transtornos mentais. [Tópico 3]

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.